

MOBRAL

MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO - DECOM

373.63:
37.014.5-2:
304.9+331.92
(81-22)

PARTICIPACÃO DE POPULAÇÕES DE ÁREAS RURAIS
NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

Maria Julieta Costa Calazans

REUNIÃO TÉCNICA SOBRE METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO
DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ÁREAS RURAIS

Brasília, 06 a 10 de novembro de 1973

373.68/37.014.542:304.2 + 537.9
(37-00)

PARTICIPACÃO DE POPULAÇÕES DE ÁREAS RURAIS
NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

Maria Julieta Costa Calazans

REUNIÃO TÉCNICA SOBRE METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO
DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ÁREAS RURAIS

Brasília, 06 a 10 de novembro de 1978

PARTICIPAÇÃO DE POPULAÇÕES DE ÁREAS RURAIS NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL INTEGRADO

I - INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o tratamento de um tema, torna-se per^{ti}nente colocá-lo em "foco" - situá-lo clara e objetivamente. Cabe, portanto, tornar nítido o sentido do que se quer dizer para que o trabalho seja, no mínimo, objetivo e consequente. Assim, peço licença aos promotores desta reunião, para me situar diante do te^{ma} proposto, modificando a expressão "participação de comunidades rurais", por participação de populações de "áreas rurais"¹.

A opção é fundada no fato de sentir maior possibilidade de ver claro, poder comunicar sobre populações de áreas rurais, do que em enveredar no intrincado conceito de "comunidade rural"².

A análise do tema proposto para discussão impõe, aos que pretenderem nele se engajar, a aceitação de alguns pressupostos que, a muitos, poderão parecer utópicos.

- 1 - Acreditar no "planejamento da educação";
- 2 - Confiar que o "planejamento da educação" poderá ser um dos instrumentos de "desenvolvimento" e "integração das populações rurais";
- 3 - Acreditar que a "participação das populações de áreas rurais" poderá ser suscitada pelo "desenvolvimento rural integrado", através do "planejamento da educação".

¹ "Áreas rurais" expressão aqui tomada no sentido mais aproximado da identificação que o povo sabe fazer pela observação dos contornos geográficos, ou por critérios demográficos, econômicos, culturais, etc.

² Ver sobre o assunto "A comunidade rural nos países subdesenvolvidos" de Rodolfo Stavenhagen, sobretudo ao afirmar "Comunidade é um conceito que de forma alguma é usado de modo claro e inequívoco na literatura sociológica. Como observa Kotter, ele é tanto um instrumento metodológico para pesquisa como o objeto de investigação. De fato, a pesquisa de comunidade é o tipo mais comum de pesquisa sociológica da vida rural, dos países subdesenvolvidos".

Sendo que jamais me permitiria vir aqui falar de um tema no qual não acreditasse, admito me situar trabalhando uma PROPOSTA UTÓPICA cujo valor, força e esperança residem principalmente, na capacidade de acreditar que as populações de áreas rurais:

- a) têm consciência de seus valores;
- b) desejam que sua linguagem, sua forma de ser, suas necessidades sejam vistas, não como limitações, mas como características peculiares, próprias de um povo determinado;
- c) têm sensibilidade para perceber quando são induzidos a assumir processos com os quais não se sentem comprometidas, mesmo porque, algumas vezes, não foram convidados a conhecê-los para aceitá-los livremente.

II - TRINTA (30) ANOS DE "PROBLEMAS DE EDUCAÇÃO RURAL"

1. DOIS MARCOS PARA A DELIMITAÇÃO

As preocupações expressas neste documento estão delimitadas por dois marcos significativos no trabalho realizado pelo setor público brasileiro no âmbito da educação rural.

1.1. O primeiro destaque é situado em algumas propostas de ações educativas deflagradas ao final da década de 1940, cabendo realçar principalmente: a) O programa de formação realizado pelo INEP, em 1948, intitulado "PROBLEMAS DE EDUCAÇÃO RURAL" cujo conteúdo incluiu entre outros temas: "Integração da escola primária na comunidade rural"; "O professor da escola primária rural e o processo de desenvolvimento econômico"; "O papel da escola primária rural na segurança nacional"⁵. b) A fundação da primeira unidade

⁵ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Problemas de educação rural. Rio de Janeiro, INEP, 1950. 105 p. (Publicação, 47). Para ministrar este curso foi convidado o Professor Robert King Hall do Teachers College da Columbia University.

da ABCAR (1946)⁴, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), em decorrência de convênio entre o Estado de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana de Desenvolvimento Econômico e Social (AIA). O crédito e a assistência técnica, como ação educativa, se propunham a levar as famílias dos agricultores a uma participação mais ativa na vida econômica e social da comunidade, contribuindo para o bem estar da nação⁵.

Nos dois programas a clientela e as estratégias são diferentes; mas ambos remetem suas origens às necessidades da "integração na comunidade rural, desenvolvimento da participação na vida social, desenvolvimento da capacidade individual" (INEP), "aproveitamento integral das potencialidades do trabalho e da produção, integração da família, participação da família na comunidade, despertar interesse da comunidade rural criando ambiente propício ao processo de organização social e econômica da mesma" (ACAR)⁶.

1.3. O segundo marco neste quadro são as propostas de ações no meio rural - para o seu desenvolvimento - deusamente trabalhadas ao final desta década, 1970, por organismos públicos brasileiros.

⁴ ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural) passou há poucos anos a denominar-se EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural).

⁵ BRASIL. Ministério da Agricultura. Crédito rural supervisionado no Brasil. Reunião de trabalhos de técnicos da ABCAR e suas filiais. Rio de Janeiro, Serv. de Informação Agrícola, 1960. 137 p. (Estudos Brasileiros, 12) p. 48. A ABCAR foi fundada em 1956 e se propunha a coordenar a nível nacional os trabalhos dos programas de crédito e assistência técnica nos Estados.

⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde, op. cit.

BRASIL. Ministério da Agricultura, op. cit.

O grifo é nosso.

Com o destaque não se pretende repetir levantamentos já realizados, nem tampouco empreender análises. O destaque é um registro para balisar este nosso trabalho. Dentro desta ótica, portanto, o segundo mauco é ênfase nos estudos para o desenvolvimento da educação no meio rural⁷.

Estes estudos indicam que a educação no meio rural deve estimular.

1. a aquisição de conhecimentos que possibilitem ao indivíduo e à comunidade a compreensão do meio em que vivem e os instrumentalizem para encontrar a melhor solução para as situações que impedem ou dificultam o seu desenvolvimento.

- Estudos desenvolvidos pelo Grupo Especial de Trabalho constituído pela Portaria 47/77 do Ministério da Educação. Desenvolvem levantamentos junto a dezenas de instituições do setor público e do setor privado do país, partindo basicamente da Metodologia de Planejamento e Administração da Educação para o Desenvolvimento Integrado das Áreas Rurais, inspirada em proposta da UNESCO. Sugere linhas para políticas de ação, especialmente para áreas rurais de Norte e Nordeste. Destaca os órgãos com maiores responsabilidades e principais ações no meio rural brasileiro nos dois estudos. Sugere seja definida a situação básica para aspectos relevantes nesta ordem de estudos, dentre outros: a) "Conceito de área rural e caracterização; b) Desenvolvimento integrado do; c) Educação básica para o meio rural; d) Educação supletiva para o meio rural; e) Formação técnica no meio rural; f) Qualificação no meio rural; g) Participação da comunidade no processo educacional; h) Organismos de base e sua função no processo educacional; i) Escola no meio rural; j) Planejamento educacional no meio rural; k) Programação intersectorial; l) Descentralização do sistema educacional no meio rural; m) Desinstitucionalização do sistema educacional no meio rural; n) Controle e avaliação do processo educacional no meio rural; o) Significado de região e zona homogênea". Apresenta subsídios para o desenvolvimento e planejamento da educação nas Áreas Rurais. As referências desta nota estão explicitadas nos documentos: IBASE. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural. Diretrizes básicas e possíveis linhas de programação educacional para um acordo de empréstimo MEC/SIRD: México de Consultoria. Brasília, MEC/IPEA-CNRH/PNUD-UNESCO, 1973. ---. Relatório das atividades do grupo especial. Brasília, MEC/IPEA-CNRH/PNUD-UNESCO, 1973. ---. Estudos sobre a Região Nordeste. Brasília, MEC/IPEA-CNRH/PNUD-UNESCO, 1978. ---. Estudo sobre a Região Nordeste: Pará e Amazonas. Brasília, MEC/IPEA-CNRH/PNUD-UNESCO, 1977. ---. Subsídios para o desenvolvimento e planejamento da educação nas áreas rurais. Brasília, MEC/IPEA-CNRH/PNUD-UNESCO, 1973.

2. a aquisição de conhecimentos que levem a um aumento da produtividade e em consequência, a uma melhoria das condições de vida;
3. a participação da comunidade no desenvolvimento, na transformação ou adaptação de estruturas de natureza econômica e social, tais como: cooperativas, escolas, programas, pelotões de saúde, etc.
4. a promoção do homem a partir de seu contexto cultural⁸.

Neste âmbito se situa a programação da Reunião Técnica da qual hoje participamos⁹.

A análise da documentação disponível indica haver identidade entre os estudos empreendidos pelo MEC/CNRP/UNESCO¹⁰ e as diretrizes de ações governamentais que na última metade desta década tomaram densidade significativa, seja pela extensão da

⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo Especial de Estudos para o Desenvolvimento da Educação no Meio Rural. Subsídios para o desenvolvimento ..., op. cit. O preço 2

⁹ REUNIÃO TÉCNICA SOBRE METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ÁREAS RURAIS, Brasília, 6-10 nov. 1978. Temário e roteiro para o desenvolvimento dos trabalhos da Reunião. Brasília, MEC-Secret. Geral/UNESCO/OREALC, 1978. 17 p. mimeogr.

---. Informações básicas sobre a Reunião Técnica. Brasília, MEC-Secret. Geral/UNESCO/OREALC, 1978 mimeogr.

¹⁰ A discussão técnica e metodológica do tema está em documentos como os que se seguem:

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Metodologia de planejamento da educação para o desenvolvimento da área rural. Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado nas áreas rurais. Brasília, MEC/IPEA-IPLAN/UNESCO, 1976

- LOPES OSPINA, Gustavo. A educação e o desenvolvimento integrado das áreas rurais. Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado nas áreas rurais. Brasília, MEC/IPEA-IPLAN/UNESCO, 1976

---. Formulação e elaboração de projetos para a educação no meio rural. abordagem geral: Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado nas áreas rurais. Brasília, MEC/IPEA-IPLAN/UNESCO, 1976.

área geográfica que pretendem cobrir, seja pelo volume da população que possivelmente irão mobilizar, ou ainda, pelas soluções econômico-sociais que sugerem. Neste caso, cabe destacar entre outros:

a) Ação educativa dos PERIs - Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado - do POLO NORDESTE, POLA MATONIA e POLO CENTRO;

b) Programa do SENAR - Formação para o Desenvolvimento Rural¹¹;

c) Educação para o meio rural - Ensino de 1º grau¹².

- LOTEI OSPINA, Gustavo. Uma nova abordagem da educação para o desenvolvimento integrado das áreas rurais: Curso de planejamento e administração da educação para o desenvolvimento integrado nas áreas rurais. Brasília, UNE/IPEA-IPLAN/UNESCO, 1976.
- OFICINA REGIONAL DE LA EDUCACION DE LA UNESCO PARA AMERICA LATINA Y EL CARIBE. Consideraciones para el empleo y sus relaciones con la educación y la capacitación en los medios rurales. Santiago de Chile, UNESCO/OREALC, s.d.
- ——. Elementos básicos para la programación del desarrollo de la educación rural: metodología para la investigación de las necesidades en educación dentro del concepto de desarrollo integrado de las zonas rurales. Santiago de Chile, UNESCO/OREALC, 1976.
- ——. Metodología de planificación de la educación para el desarrollo integrado de las zonas rurales. Santiago de Chile, UNESCO/OREALC, 1977.

- ¹¹ Segundo Divonzi Gusso o SENAR tem por objetivos: "Conceber e operar instrumeto de promoção social e profissional do trabalhador rural; contribuir ao elevação a qualificação do elemento humano, para o desenvolvimento agropecuário; estimular outros organismos e instituições dedicados aos objetivos da formação rural (o grifo é nosso). Ver:
- UNESCO, Divonzi Arthur. Formação profissional no meio rural: sugestões para diretrizes de normas gerais de ação para o SENAR. Versão provisória. Brasília, IPEA/IPLAN, 1977.

- ¹² O DEFHNE ao traçar diretrizes para educação rural coloca o PROMUNICÍPIO como co-responsável desta ação planejada. Define como "PRESSUPOSTOS BÁSICOS A QUE DEVE RESPONDER UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA O MEIO RURAL: a) Pressuposto de adequação à realidade - A educação vinculada à vida do homem do campo; b) Pressuposto de dinâmica cultural - A educação e os valores da cultura regional; c) Pressuposto da autodeterminação dos indivíduos - A educação no meio rural não deverá ter caráter de excepcionalidade no que diz respeito à delimitação do homem nos limites estreitos do contexto rural, se este não for sua opção; d) Pressuposto de vivência comunitária - A educação com base nas expectativas das comunidades; e) Pressuposto de articulação e compatibilização de esforços - A educação e os demais setores da atividade econômica e social, principalmente saúde, agricultura e extensão rural; e f) Pressuposto ecológico - A educação e preservação dos recursos naturais". Ver:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Ensino Fundamental. Educação para o meio rural. Ensino de 1º grau: Política e diretrizes de ação, versão preliminar. Brasília, 1978. 60 p.

1) Sem não pretender alongar esta parte, citamos aqui as referências às situações presentes na FAO, do INCRA, do MOBRIL e de outros que têm se proposto a realizar programas educativos em áreas rurais.

Os distacões colocam em "foco" PROBLEMAS DE EDUCAÇÃO RURAL que, a partir dos fundamentos, diretrizes e objetivos das propostas situadas nos dois ângulos 1948/1971, não diferem muito entre si.

A preocupação principal destas considerações é visualizar, de modo mais nítido, o objeto em questão.

Difícil visualizar, em vista da impossibilidade de analisar ou de avaliar.

Na ótica de quem vê de fora, parece importante discutir algumas questões:

a) Em primeiro lugar, há o problema dos papéis dos agentes na promoção do desenvolvimento integral do homem rural ou das populações rurais. Como se coloca a atuação dos "promotores" dos diferentes programas frente a seus próprios objetivos contrapostos às expectativas e necessidades das populações? Que critérios utilizam para que se adequem as suas propostas às diversidades das situações regionais? Quanto aos que se envolvem diretamente no processo, quem são os agentes propriamente ditos? Qual o nível de participação ativa dos "clientes", dos "usuários" ou "beneficiários" dos programas de educação, de promoção para o desenvolvimento rural?

10. *Em "Questões de método de discernimento sobre a atribuição dos papéis os agentes que se ocupam, relativos ao Problemas de Educação Rural, op. cit., p. 10" Simão que relata o Diretor indicava soluções que tenham sido adotadas nos programas de Educação Rural dos Estados Unidos e de outros países. O trabalho de análise realizado da mesma maneira da referida obra é indicativo de que os "agentes" do programa (participantes do curso) não eram representantes do meio rural brasileiro. Os membros do seminário dever ler o máximo possível. A maior parte do material não está traduzido em português; grande parte está em inglês, mas existe alguma coisa em francês e espanhol. O fato de a maior parte estar em inglês, embora represente uma dificuldade, não deve constituir obstáculo insuperável para aqueles que não sabem inglês. Cada participante terá de um professor de inglês que auxiliará os alunos, procurando sempre, em português, do material essencial.*

Em outras palavras, como definir e precisar os papéis, em cada situação, quando se pretende:

- "renewar o desenvolvimento de comunidades rurais";
- "integrar as populações rurais e torná-las participantes do desenvolvimento local, regional e nacional";
- "suscitar a participação das populações no desenvolvimento integrado de seu meio";
- "tornar a educação rural um meio de ajudar as populações rurais a encontrarem o seu próprio caminho".

b) Um segundo problema diz respeito aos custos desses processos. Que preço tem sido pago pelas populações rurais por uma "promoção", garantida de fora para dentro? Quais os custos reais, os custos indiretos pela destruição de seus valores culturais?

c) Um terceiro problema se refere às "inovações". Quem descobre coisas novas no processo agropecuário? Como são definidas as descobertas das populações? As descobertas feitas através do "saber difuso" apesar de como invenções das populações rurais ou de quem "descobre" as descobertas dessas populações?

Como fazer para saber se o que propomos hoje nos programas de educação rural são conteúdos, processos novos ou inovações? Como evitar que as populações permaneçam recebendo os mesmos conteúdos, colocados em envólucros diferentes ou embalagens mais sofisticadas, sob o rótulo de inovações?

Não se atentar para o risco que representa se trabalhar hoje, levando-se em conta somente as experiências em realização no presente. Não caberia, em cada proposta, o ver, o analisar, o avaliar, retrospectivamente, em profundidade?

Uma breve consulta aos documentos disponíveis relativos aos últimos trinta anos nos indica, por exemplo, a ênfase da maioria das propostas de diferentes organismos governamentais, às pala-

vras "promoção", "integração", "cooperação", "desenvolvimento" e "participação", as tratativas de desenvolvimento das populações rurais. Chama, sobretudo, a atenção o que se tem dito a respeito da palavra participação. O conceito aparece desfigurado, em níveis heterogêneos de qualidade e sob os mais diferentes matizes.

Seguem-se abaixo alguns destaques. Passagens rápidas que situam o lugar das principais mobilizações, propostas, ações dinamizadoras levadas às áreas rurais no período dos 30 anos de Problemas de Educação Rural.

2.2. Destaques de Problemas e Programas nas três décadas

Historicamente o crescimento econômico que emergiu com a revolução industrial precedeu os investimentos significativos em educação. Isto é mais enfático nas regiões onde a economia do setor primário é predominante, não sendo a educação considerada prioritária, nem tampouco vista como um investimento. Assim é urgente que sejam indicadas em cada país, e até mesmo em cada região, as necessidades e implicações da educação rural frente ao sistema educacional no seu todo e, principalmente, no seu enfrentamento com o processo global de desenvolvimento. Há interdependência entre o desenvolvimento rural e o sistema global de desenvolvimento. Assim, também, a educação rural mesmo tendo características próprias, é parte integrante e interdependente do macro sistema educacional. Isto se torna mais importante conhecer e analisar, quando se sabe que o sistema educacional tem assumido papéis verdadeiramente débeis com relação aos programas de educação rural¹⁴.

De se destacar a importância do papel que o sistema educacional pode exercer como estimulador da educação rural, não se quer dizer que esta responsabilidade, prerrogativa ou "encargo", seja exclusiva do sistema formal de ensino no país (MEC). Confiar esta prerrogativa exclusivamente ao sistema educacional seria

¹⁴ GALAZANI, Maria Julieta Costa. Educação rural para o desenvolvimento integrado. Rio de Janeiro, FGV/IESA, 1973. p. 5

reduzir o problema: devia pagar a interdependência da educação rural com os vários âmbitos do sistema produtivo; seria, sobretudo, desrespeitar a contribuição das populações rurais no seu próprio processo educativo. seria eliminar a presença de "promotores" e "estimuladores" no processo educativo desenvolvido em áreas rurais, seja no setor público seja no setor privado.

Nestes termos a educação rural passa a respaldar e, ao mesmo tempo, ser referendada por uma concepção de desenvolvimento integrado.

No momento em que se pretende dar grande impulso para a efetivação rotineira do desenvolvimento, é preciso situar a Educação na primeira linha ... Como instrumento de aceleração do desenvolvimento, o papel relevante da Educação resulta de sua importância para o progresso ... O progresso em sentido amplo, (ou seja, abrangendo todo o conjunto de fatores que explicam o crescimento do produto em ritmo superior àquela resultante do aumento quantitativo do capital e do trabalho), é estreitamente dependente do desenvolvimento educacional.

Como instrumento de progresso social, a educação brasileira irá garantir a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, criando o quadro institucional necessário para a valorização do homem brasileiro, e, no tadamento, assegurando a democratização de oportunidades"¹⁵.

O que se pretende neste item é visualizar sinteticamente formulações teóricas, metodológicas e procedimentos técnicos que deram entrada no âmbito da educação rural no período indicado anteriormente.

Partindo da hipótese de que os programas do chamado espaço das "políticas sociais" - educação, saúde, etc., deveriam estar vinculadas às estratégias dos demais segmentos do sistema nacional, tomou-se a deliberação de colocar o problema em duas dimensões, sem qualquer compromisso com o ordenamento cronológico.

¹⁵ ASSOCIAÇÃO NORDESTINA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DE PERNAMBUCO. Plano estratégico de desenvolvimento (1968-1970): Resumo. Recife, 1969. p. 73

Assim, de forma sintética serão indicados em dois âmbitos as ações e os problemas de maior destaque pertinentes à educação em áreas rurais brasileiras, no período em questão.

a) Programas e Projetos "setoriais"

b) Programas e Projetos "integrados"¹⁶

2.2.1. Programas e Projetos "Setoriais"

A documentação disponível nos faz recuar aos anos trinta (1930), para ser mais fiel a algumas iniciativas, cujo surgimento se deu sob o patrocínio do Ministério da Agricultura, do Governo Vargas.

Dentro deste quadro situam-se: a) Colônias Agrícolas e Núcleos Coloniais como organismos de fomento ao cooperativismo e ao crédito agrícola (1934). "Cada um desses núcleos de colonização formará células da civilização nova, com todos os recursos indispensáveis a uma vida sadia ... novas práticas agrícolas, viviendas confortáveis, hábitos de higiene ..."¹⁷ b) O curso de Aprendizado Agrícola, com padrões equivalentes aos do ensino elementar, regulamentados em 1934, com o objetivo de formar capatazes rurais; c) nos mesmos padrões foi criado o Curso de Adaptação, "destinado a dar ao trabalhador em geral uma qualificação profissional"¹⁸.

Na década de quarenta surgiram programas de destaque, tanto sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura como no Ministério da Educação e Saúde.

d) A Educação Rural tomou um grande impulso a partir do funcionamento da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das

¹⁶ Não se pretende com isto propor uma classificação ou tipologia dos programas e projetos. A divisão é feita em função da apresentação dos eventos neste trabalho.

¹⁷ SALES, Apolonio. O Ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas (1930-1944). Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serv. Documentação, 1945. 302 p.

¹⁸ A duração dos cursos, de caráter rápido, será variável de acordo com a importância de cada um, as condições oferecidas pelos candidatos e as necessidades do meio. Conferem certificado de habilitação profissional. SALES, Apolonio, *op. cit.*

Populações Rurais (GBAR)¹⁹. O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo... Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar 'alstrada' ao ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura...

Foram coordenados neste sistema todos os meios de divulgação e informação: curços rápidos e práticos, imprensa, rádio, cinema, edição de publicações instrutivas, semanas ruralistas²⁰.

No programa de educação rural, funcionando através do GBAR três subprogramas devem ser destacados.

- i) Centro de Treinamento: com "finalidade de dar ao homem do campo o preparo prático que o habilite a desempenhar com eficiência um determinado trabalho agrícola, dentro da técnica mais aconselhada".
- ii) Semanas Ruralistas: para difusão de práticas de cultivo e criação. Nas semanas ruralistas eram organizados cursos especiais para as professoras rurais, contribuindo-se de algum modo para a sua qualificação profissional e o melhor desempenho da missão educativa que lhes compete realizar no interior do país.

¹⁹ Criada a GBAR em virtude de acordo entre os Governos do Brasil (Ministério da Agricultura) e dos Estados Unidos da América ("Inter-American Education Foundation, Incorporation"), posteriormente, "Education Division" do "Instituto of Inter-American Affairs", em 20 de outubro de 1945, pelo Ministério das Relações Exteriores e Embaixada Americana no Rio de Janeiro. Entre os objetivos do acordo inclui-se possibilitar que, no setor de educação rural, sejam promovidas outras atividades que possam interessar a ambas as partes contratantes. Ver: CARVALHO, Antônio de. Atividades do Ministério da Agricultura, 1946-1950. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Setor, de Informação Agrícola, 1951 p. 17 e 117.

²⁰ CARVALHO, Antônio de., op. cit. p. 315

iii) Clubes Agrícolas, objetivando a sempre desejada iniciação ao trabalho, que se preconiza como função da escola.

Este programa de educação rural ao mesmo tempo atendia fazendeiros, adolescentes, professores rurais e ainda citiantes, medeiros, arrendatários, vaqueiros, a grande massa enfim de trabalhadores distribuída por um sem número de profissões rurais.²¹

e) A partir dos Núcleos e Colônias Agrícolas, já referidas, o "Governo incentiva (Década de quarenta) a criação dos Centros Sociais Rurais para proporcionar às populações rurais as condições de vida social que as conquistas do progresso mantêm nas cidades".²²

f) Em 1945 através do serviço de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura foi desenvolvido no país um esforço público e privado com vistas à organização de sociedades Cooperativas, através das quais se pretendia desenvolver programas educativos.²³

g) Dentro dos programas de "Orientação e Auxílios prestados aos trabalhadores Rurais", "O Governo Federal prevê condições favoráveis à vida rural através da instituição de uma rede de órgãos mantidos para tal fim".²⁴

²¹ CARVALHO, Daniel de., op. cit., p. 347-52.

²² Decreto-Lei nº 2.359, de 14 fev. 1941. Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.

Os Centros Sociais Rurais, funcionavam sob a orientação da Superintendência do Fomento Agrícola e Veterinário (SFAV) do Ministério da Agricultura. Ver finalidades, organização, etc., em:

BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. Oportunidades de preparação no ensino agrícola e veterinário; informações para orientar a escolha de uma atividade profissional. Rio de Janeiro, INEP/Ministério da Educação e Saúde, 1949.

²³ BRASIL, Ministério da Educação e Saúde, op. cit., p. 21.

²⁴ "São esses órgãos: a União Rural Brasileira, de âmbito Federal; as Sociedades Rurais, de âmbito estadual, e as Associações Rurais, de âmbito municipal". *Ibidem*.

h) Originário no Plano de Colonização, surge, em 1945 o projeto de Alfama Rural, oferecendo possibilidades para atender às necessidades culturais, administrativas e industriais de toda a área ocupada pelo conjunto de aldeias.²⁵

No percurso, procurando visualizar iniciativas que tenham desenvolvido ações educativas no meio rural brasileiro, surgidas até o ano 1950, cabe destacar os dois programas, sem dúvida, de maior alcance:

a) Sistema IBRAR²⁶, interrelacionando com ações de vários setores sociais e econômicos do país;

b) Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) do Ministério de Educação e Saúde - organismo coordenador da educação de base no Brasil.

Estas duas instituições do ponto de vista conceitual, metodológico e técnico refletem as origens dos programas e projetos de desenvolvimento rural integrado de que trataremos no item 2.3.2.

O sistema IBRAR, apresentando conclusões de um congresso em 1938, indica Fundamentos e Organização para o CRÉDITO RURAL SUPERVISIONADO, COMO PARTE DE PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DE COMUNIDADES RURAIS OU DE DESENVOLVIMENTO INTEGRAL REGIONAL.²⁷

²⁵ A entidade executora seria a Sociedade Cooperativa Agropecuária de Colonização; contava-se com a colaboração do SER, MEB/INEP, SESP, Caixa de Créditos para Cooperativas, Comissão de Estradas de Rodagem (CER) entre outros órgãos que atuam no meio rural. O assunto é tratado por: LUIZ FILHO Fábio. Cooperativismo, colonização, crédito agrícola. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serv. de Economia Rural, 1952.

²⁶ APOAS, fundada em 1956, com a "finalidade de coordenar os serviços de extensão que conjugam o crédito rural supervisionado e que dela fazem parte, bem como, estimular a criação de novos serviços que tenham a mesma filosofia de trabalho". Ver nota 4, op. cit.

²⁷ Conclusões do tema VI do Centro Sul-Americano de Crédito Agrícola, Recife, 1953. Ver: BRASIL, Ministério da Agricultura. Crédito rural supervisionado, op. cit. p. 121-35.

A CNFR precisou em seus objetivos "preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base"²⁸. Em 1953 já se empenhava pela criação de um Centro Nacional de Educação de Base com objetivos (a) "treinar professores rurais ... (b) preparar auxiliares rurais ... e recrutar, selecionar e treinar líderes locais das comunidades rurais ..."²⁹.

1.1.2. Programas e projetos "integrados"

Até final da década de cinquenta o agravamento das disparidades regionais entre o Nordeste e o Centro-Sul (regiões mais povoadas do país)³⁰; a identificação da densidade do problema, segundo o qual o setor primário, na região, seria o ponto de maior anacronismo para a absorção da mão-de-obra, o agravamento, sempre crescente, da tradição da "vivência de uma estrutura de poder" (principalmente no caso da zona da mata) e de um regime semi-feudal da propriedade e do uso da terra³¹; foram, esses entre outros, os pontos de partida para a criação do primeiro órgão de planejamento e desenvolvimento regional brasileiro³².

Neste ponto, pode-se dizer que ocorreram no Nordeste, no início da década de sessenta as primeiras experiências de planejamento para o desenvolvimento integrado, em áreas rurais.

²⁸ Objetivos da CNFR. a) "Investigar e pesquisar as condições econômicas, sociais e culturais na vida rural brasileira - b) preparar técnicos para atender às necessidades da Educação de Base - c) promover e estimular a cooperação das instituições e dos serviços educativos existentes no meio rural e que visam ao bem comum - d) concorrer para a elevação dos níveis econômicos da população rural pela introdução, entre os rurícolas, de técnicas avançadas de organização e de trabalho - e) contribuir para o aperfeiçoamento dos métodos educativos, sanitários assistenciais, cívicos e morais das populações do campo - f) oferecer, enfim, orientação técnica e auxílio financeiro a instituições públicas e privadas que, atuando no meio rural, estejam integradas aos objetivos e finalidades do seu plano". REVISTA DA CAMPANHA NACIONAL DE EDUCAÇÃO RURAL, História da Campanha Nacional de Educação Rural. Rio de Janeiro, 4(3) - 22, 14/07/1. sem. 1954.

²⁹ Em 1953 fundou o Centro Regional de Educação de Base, em Colatina - E.S., *Ibidem*, p. 103.

³⁰ SUPRENE, criada pela Lei nº 1.392 de 15.12.1959.

É evidente que: para tanto, o mais importante não é o esforço de definir, quantitativamente, metas e recursos. O mais importante, no caso, é a adoção de um novo enfoque de programação, de acordo com o qual sejam possíveis: a) uma visão compreensiva dos programas; b) uma visão integradora na execução do plano; c) a praticabilidade de uma estratégia de impacto. Por visão compreensiva dos programas, entendemos a consideração do planejamento nas suas três dimensões: a física, a econômica e a social (interrelações entre o meio físico, o meio social e as atividades econômicas). No nosso modo de ver, a orientação integradora da execução do plano é uma condição para a maior eficácia do planejamento. Entendemos como estratégia de impacto a definição do projeto de acordo com os programas (ou dentro destes), que possibilitem aumentar a taxa de absorção da mão-de-obra e, concomitantemente, a mudança da estrutura ocupacional³¹.

Antes da criação da SUDENE, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) fez um diagnóstico no qual es são sugeridas três linhas de ação no setor agrícola: a) utilização de águas para irrigação, com o objetivo de estabilizar a produção de alimentos no sertão; b) a colonização das áreas úmidas do Maranhão e c) uma melhor utilização da terra na área fértil e bem servida de chuvas da Zona da Mata³².

³¹ NOTA, Fernando de Oliveira. Introdução. In: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, Recife. Recursos e necessidades do Nordeste: um documento básico sobre a região nordestina. Recife: SUDENE, 1964 p. 13-21. Sobre estrutura ocupacional do setor primário, ver:

CALATANS, Maria Tereza Costa, coord. Classificação da mão-de-obra do setor primário. Brasília, IPEA/IPLAN/CHER, 1977. 404 p. (Série Estudos para o Planejamento, 17)

³² GTDN. Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. 2. ed. Recife, SUDENE/INTER, 1967.

As linhas surgiram no CEM, deram origem a programas que se promoveram estudar e levantar soluções para os problemas das referidas áreas. O assunto passou a ser objeto de estudos da SUDENE, coordenando os esforços de diversos organismos nacionais e internacionais, ora comanda a designação de projetos integrados, ora de programas especiais.³³

Este é um ponto de referência na história do desenvolvimento rural integrado a partir de 1960.³⁴

A partir desta data aconteceu no país a deflagração de esforços nacionais, regionais, estaduais e locais de projetos integrados em áreas rurais, com designações e objetivos os mais diversificados, dentre os quais estão alguns indicados na nota.³⁵

³³ O Desenvolvimento Integrado de Vila do Jaguaribe, Irrigação do Sub-médio São Francisco, Colonização do Maranhão estão, entre outros programas especiais, explicitados no Capítulo X do III Plano Diretor, BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, III Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, 1966-1980, Recife, Div. Documentação, 1963, 132 p.

³⁴ Antes de 1960 não havia programas de desenvolvimento integral de comunidades rurais de ABCAR (referidos no 2.2.1) as Missões Rurais do CNER bastante atuantes na década de cinquenta, tinham um realismo "ações integradas" em áreas rurais.

³⁵ BRASIL, Instituto Nacional de Colonização, Reforma Agrária, Metodologia para programação operacional dos Projetos de Assentamento de Agricultores, Rio de Janeiro, 1971.

BRASIL, Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste, Programa de melhoria das condições de vida dos trabalhadores com base em projeto de educação vocacional agrícola, Colaboração da História Regional Nordeste dos Voluntários da Pátria, Recife, 1970, 39 p.

CAVALCANTI, Clóvis de Vasconcelos, Condições para o desenvolvimento do Vale do Jaguaribe, o papel da SUDENE, Boletim Econômico SUDENE, Recife, 2(3): 109-11, jan./mar., 1966.

ALMEIDA, Edmilson Cavalcante, Questão de planejamento integrado na área de São Francisco (77), Boletim Econômico SUDENE, Recife, 3(1): 137-54, jan./mar., 1967.

ALMEIDA, Arnaldo Corrêa de, Os planos de coordenação: a SUDENE e a C.R.C. In: —, A terra e o homem no Nordeste, 2. ed., São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 2, 1967.

WHEELER, Richard D. e OLIVEIRA, J. Guilhermo A., Análise em administração rural em um programa integrado de desenvolvimento, In: —, Administração rural em setores rurais e desenvolvimento econômico, Rio de Janeiro, IUPERJ/Ministério da Agricultura - Inst. Estatística, 1967, cap. 1, p. 175-18.

Programas Especiais da Baixada Sul-Rio-grandense e Programa Especial das Raízes dos Rios Ibicuí e Jacuí, por BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento da Fronteira Nordeste, Primeira Plano Diretor, Porto Alegre, SUDENAL/INTER, 1967, vol. 10, p. 175.

BRASIL, Superintendência do Vale do São Francisco, Programa Intensivo de preparação e ação agrícola no Vale do São Francisco, (CIVIL/VALF), Brasília, ABCAR/PIPMO/SUVALE, 1973.

SISTEMA INTEGRADO DE EXTENSÃO RURAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (SIVALE), Plano de Ação 1973-1974, Rio de Janeiro, SUDENE, 1973, 30 p.

Os programas integrados de desenvolvimento agrícola nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, em vigor no momento atual, parecem não diferir muito em termos metodológicos dos anteriormente citados e, em geral, parte das ações estão situadas em áreas geográficas que das décadas anteriores ao plano Política Agrícola, Missão Júpia e Novo Projeto Especial.

Parece relevante discutir, ao considerar os aspectos metodológicos, políticos e até mesmo aqueles pertinentes à gestão dos recursos dos programas de desenvolvimento rural integrado, de que modo estes são recebidos pelas populações rurais. No Brasil, mesmo se tomando o rigoroso cuidado de trabalhar nas diferentes áreas, respeitando as disparidades regionais, os problemas emergem a

36 "Os programas integrados de desenvolvimento agrícola, entre os quais se situam: a) OPOLONORSESTE - Visando coordenar o conjunto de áreas integradas, para permitir uma ação planejada e coordenada na aplicação de recursos de investimentos, de medidas de assistência e de incorporação de tecnologias. Trata-se de realizar ações integradas de investimentos, de polos, distritos agrícolas, áreas ou outras formas permitindo adoção de prioridades técnicas e controle dos resultados globalmente, por áreas; b) O FOLHÃO SUL - O conteúdo do projeto, não se conhece ainda adequadamente todo o mosaico de áreas ecologicamente diversas da região. Entretanto, algumas delas têm uma potencialidade evidenciada, principalmente a os os trabalhos do Projeto RANM, permitindo identificar áreas prioritárias com vistas à orientação e mobilização de recursos e seleção, concentrando-se a ação do Governo Federal em áreas prioritárias, nucleadoras de áreas propulsoras do desenvolvimento conforme propõe o Conselho de Desenvolvimento Econômico; c) O POLICENTRO - Visando aproveitar nacionalmente uma grande extensão de terras com sérios problemas de qualidade do solo e para onde já se expandiu largamente a fronteira agrícola, este programa deverá incorporar cerca de 3 milhões de hectares de cerrado, dos quais cerca de 1,8 milhões de hectares para lavouras, através da aplicação de técnicas agrícolas especificamente desenvolvidas para a correção do solo, adaptação de espécies vegetais e uso de insumos modernos.

Ver: GUSMÃO, Aluísio, op. cit., p. 6, 8-10

cada instante diante da complexidade e diversidade dos diferentes "ambientes" onde as populações habitam e trabalham.

A definição de uma classificação das micro-regiões brasileiras segundo polos típicos de inserção na "divisão social do trabalho", o autor, ao fazer a "Distribuição Percentual da População Rural" por unidades de Federação, agrupa os locais em três categorias: a) "aquelas em há clara preponderância da população situada em áreas comerciais antigas e portuárias"; b) os Estados nos quais há proporções altas de populações rurais naqueles tipos de áreas (de 50 a 75%) mas também são expressivas as proporções de população em áreas comerciais pioneiras e nas pouco mercantis; c) os Estados com proporções substanciais (pelo menos cerca de um quarto) da população em áreas pouco mercantis não consorciadas (sem produção comercial expressiva). No primeiro grupo, caem os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, juntamente com o Espírito Santo e o Rio Grande do Norte, e no terceiro grupo, o outro caso extremo, todos os Estados da Região Norte e mais o Maranhão, Piauí, Sergipe e Santa Catarina. Os demais Estados brasileiros estão no grupo intermediário, em que as populações rurais estão inseridas numa variedade grande de áreas, segundo a vinculação com o mercado".²⁷

²⁷ LOPES, Jurema R. Brandão. *Do latifúndio à empresa. Unidade e diversidade do capitalismo no campo*. São Paulo, FFL/Brasiliense/CEBRAP, 1978 (Coleção CEBRAP, 26) p. 31

3. PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO

Cal é o lugar o que se deve fazer por os agricultores tradicionais de baixa renda e com a mão de obra de baixos níveis salariais. Se eles não têm possibilidade no futuro próximo de se tornarem modernos, eficientes e produtivos, devemos então, dizer-lhes simplesmente que serão de esperar pelo crescimento geral do país e que, com o tempo, eles também terão oportunidade de se beneficiarem desse crescimento, modernizando suas produções agrícolas, recebendo melhores salários, ou transferindo-se para o setor não agrícola? E por quanto tempo eles terão de esperar, pacientemente, sem maiores protestos por essa melhoria de possibilidades?

Dentre as questões arroladas no Programa do Seminário para a discussão do tema de que ora tratamos, destacam-se

- Quem deve participar e através de que ações?
- Como estimular ou iniciar, segundo o caso, a organização de grupos de reflexão e de ação dentro da comunidade rural em função de interesses ou de atividades educacionais afins?

38 MILLER PAIVA, J.M., *Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Povoamento*, Campinas, UNICAMP - Seminário sobre Estrutura Agrária, 1973-1974.

A documentação disponível sobre o assunto parece responder às questões propostas acima.³⁹

O problema contudo, permanece — as populações rurais continuam alheias aos processos para os quais são convocadas, tendo em vista o seu progresso.

Posta a questão, vários são os caminhos pelos quais poder-se-ia enveredar.

Para responder onde estão as causas do problema, preferiu-se trabalhar analisando a partir de dois ângulos: problemas de conteúdo e problemas metodológicos.

³⁹ A bibliografia é vasta sobre o assunto; cabe destacar entre outros:

- . NACIONES UNIDAS. *La participation populaire y los principios del desarrollo de la comunidad en la aceleración del desarrollo económico y social.* México, CREFAL, 1966, 34 p.
- . GUIGON, Jacques. *Critique des systèmes de formation.* Paris, Editions Anthropos, 1972, 211 p.
- . IBRA, *Desenvolvimento de Comunidade.* Rio de Janeiro, IBRA, 1967, Caderno do IBRA - Série 1. 1, 12 p.
- . MEISTER, Albert. *Participation, animation et développement; à partir d'une étude rurale en Argentine.* Paris, Anthropos, 1969.
- . LE BOTERF, Guy. *Description del metodo de "Encuesta - participation".* Centroamerica y Panamá, PHUD/UNESCO, s/d, 16 p.
- . BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Da educação fundamental ao fundamental na educação.* Proposta, Rio de Janeiro, set. 1977. Suplemento 1.
- . SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1., Recife, jan. 1967. Documento básico. Recife, SUDENE/Div. Documentação, 1967. 63 p.
- . MOTA, Fernando de Oliveira. *Mudar sem de formar.* Recife, SUDENE, Div. Documentação, 1966. 8 p. (Série Economia e Desenvolvimento, 6)
- . BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. *Diretrizes para os programas de educação de adultos.* In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 1. Recife, jan. 1967. Documento final. Recife, SUDENE/Div. Documentação, 1967 (Série Educação, 2. SUDENE).

3.1. Os problemas de conteúdo poderiam ser examinados, principalmente, a partir das consequências dos pressupostos de superioridade cultural (mesmo que involuntária ou inconsciente etc. etc.) daquele que supostamente chega às áreas rurais para ensinar. Esta atitude encobre uma relação de dominação⁽⁴⁰⁾, mesmo quando o emissor da mensagem está com os melhores propósitos de ser um agente receptivo.

Dentro desta trama, um sem número de questões afloram.

- a) Por que se fala de escola rural e nunca se fala de escola urbana?
- b) Quando a educação e a cultura das populações rurais virão a ser conteúdos de ensino nas escolas das cidades?
- c) Estarão os sistemas de organização das populações rurais carecendo de serem "ajustados" à base das instituições urbanas?
- d) O campo pediu à cidade a reprodução dos seus modelos?

(40) Desde que entre grupos humanos, relações se estabeleçam, os fenômenos de dominação e de dependência são inelutáveis independentemente do fato de que eles sejam ou não, desejados ou repelidos. Tem-se dito, por isso, que "a história das colonizações é a das civilizações, a própria trama da história tout-court, que é uma estratificação de colonizações"... "Cada sociedade possui um certo equilíbrio. O estabelecimento de novas relações - exploração econômica, implantação de missões religiosas, processos de colonização - entre uma sociedade e sociedade mais ricas ou mais poderosas ou mais eficazmente organizadas, provoca o transtorno e a destruição das suas estruturas. Ocorre também que, quando um grupo ou uma sociedade (A) domina um outro grupo ou sociedade (B), A mantém com B um tipo de relação que tende a impedir a autonomia e a criatividade de B. Essa relação se processa cada vez mais e atualmente, já cientificamente, utilizando as técnicas oriundas do processo no sentido de manipular o outro sem constrangê-lo autoritariamente..."

As relações de dominação não são somente econômicas; de um modo ou de outro, elas concernem ao conjunto da vida política, social e cultural."

LE BOTERF, GUY. *Formation et Autogestion*. Paris, Les Editions ESP, 1974. Tradução livre e resumida por Zilah Xavier de Almeida. (Documento não publicado)

- e) "Participação" - que significaria esta palavra para as populações de áreas rurais? (41)

3.2. Os problemas metodológicos estão muito ligados ao desfiguramento (ética da mudança); ao hábito de pensar que o nosso modo de fazer é o mais correto; à obstinação de querermos introduzir "progresso", sem mesmo refletir sobre suas consequências; é ter modelos prontos e propô-los, sem calcular os riscos.

Uma observação feita à luz das acima indicadas permite perceber algumas consequências:

- a) Metodologias padronizadas para enquadrar populações rurais com valores, comportamentos, etc desiguais;
- b) Metodologias rígidas: observando-se as últimas décadas, verificam-se inovações de rótulos e roupagens mais bem acabadas...
- c) "Consumação" das metodologias pelos "patrocinadores" e "promotores". Dá-se uma forma nova ao que se disse há alguns anos e passa-se em frente sem perguntar: deu certo? foi aceito?
- d) Descaso e ausência de criatividade face ao sucesso de experiências já realizadas, tendo em vista o aproveitamento de seus aspectos positivos, para a coerência na apresentação de novas propostas.

(41) Em qualquer circunstância, mas sobretudo nos casos dos países não desenvolvidos, é necessário ter-se sempre em vista o fato de que não se modifica um meio, introduzindo, de fora uma massa de informações. Criar e estimular uma atitude voltada para a criatividade é uma necessidade numa modificação das relações pedagógicas... "É certo que não se pode desenvolver a autonomia e suscitar a imaginação criadora, nem unicamente pela análise de situações e ações inovadoras, nem unicamente, pela transmissão de conhecimentos e técnicas. Estes são, certamente, importantes para a automisação e a criatividade, mas as modalidades da sua aprendizagem podem fazer com que os mesmos produzam efeitos contrários, dificultando a autonomização e pqralizando a imaginação."

LE BOTERF, GUY, op. cit.

Relativo ao aspecto metodológico há infinitudes de problemas. O mais grave parece ser a inflexibilidade. Em que item de nossos roteiros são incorporadas as insinuações faladas, as sugestões contidas nas histórias contadas, as esperanças transmitidas através dos olhares das populações rurais?

De tudo isto se pode até deduzir que promover participação é como transmitir o saber difuso no artesanato. Até se pode pensar em sugerir sobre o TEMA (a receita); até se pode colaborar no MOLDE (como aplicar a receita); mas o ESTILO é uma marca própria de cada artesão. Ou seja, o estilo da participação deveria ser algo próprio de cada população. (42)

Nesta perspectiva não seria a participação

- UM ATO POLÍTICO ?
- UMA PROPOSTA UTÓPICA ?

(42) CALAZANS, Maria Julieta Costa e LESSA, Washington, Lessa. *Artesanato como referência cultural - PROGRAMA*. Rio de Janeiro, CENTRO NACIONAL DE REFERENCIA CULTURAL - CNRC, 1977, 33p.